

O MAL-ENTENDIDO NOS VÍNCULOS

Misunderstandings in relationships

PASCAL REUILLARD¹

RESUMO: Fundamentado no referencial teórico da psicanálise vincular (Berenstein & Puget, 2008; Kaës, 2013), este trabalho visa compreender melhor o mal-entendido nas relações em geral e, sobretudo, nas relações entre pais e filhos. O mal-entendido ocupa um lugar determinante tanto nos encontros quanto nos desencontros. Em qualquer tipo de interlocução, o sentido das palavras sempre depende mais daquele que as ouve do que daquele que as pronuncia. Para lançar uma luz sobre os mal-entendidos constitutivos e aqueles que podem ser uma fonte de violência para os sujeitos de um diálogo, faz-se necessário retomar o que ocorre antes da concepção e no momento da formação dos vínculos primitivos. Nas interações, os conflitos ocorrem quando a escuta passa a ser impossível e os sujeitos se encontram mais num monólogo intrapsíquico do que num verdadeiro diálogo.

PALAVRAS-CHAVE: Mal-entendido. Interlocução. Vínculos.

ABSTRACT: Based on the theoretical framework of link psychoanalysis (Berenstein & Puget, 2008; Kaës, 2013), this work aims to better understand misunderstandings in relationships in general and, above all, in relationships between parents and children. Misunderstandings occupy a decisive place in both encounters and disagreements. In any kind of dialogue, the meaning of words always depends more on the one who hears them than on the one who utters them. In order to shed light on constitutive misunderstandings and those that can be a source of violence for the subjects of a dialogue, it is necessary to revisit what happens before conception and at the time of the formation of primitive links. In interactions, conflicts occur when listening becomes impossible and the subjects find themselves more in an intrapsychic monologue than in a true dialogue.

KEYWORDS: Misunderstanding. Interlocution. Links.

Ouvir o outro é compreender aquilo que não é dito.

Alfred Vanesse

Este trabalho propõe, de modo geral, um estudo do mal-entendido na formação e na manutenção das relações entre sujeitos. Ele mostra a forma como essa “divergência de interpretação entre pessoas que acreditavam entender-se

¹ Psicólogo psicoterapeuta. Formado em psicologia da infância e da adolescência pela Faculdade de Psicologia da Université de Franche-Comté, França. Membro da rede internacional Psyexpat. Tradutor especialista em ciências humanas, psicologia e psicanálise.

bem quanto a alguns assuntos, atos, fatos” (Dicionário *Le Petit Robert*) acompanha tanto os encontros quanto os não encontros.

Cada encontro tem um sentido específico e único e, apesar de todos os esforços de um sujeito para se fazer entender, é sempre o ouvinte quem decide o sentido final daquilo que ele acaba de ouvir: aquele que fala está submetido ao poder discricionário de quem escuta. Disso resultam entendimentos que jamais são totalmente entendidos e ilusões de compreensões. Porém, como somos fundamentalmente seres incompletos, os atos comunicativos têm a vantagem de contribuir para nossa busca permanente por elementos ausentes.

As dificuldades aparecem quando os conflitos internos nos fazem ouvir mal ou, ao contrário, nos fazem entender um diálogo de duplo sentido. Nas *Conferências introdutórias sobre psicanálise*, Freud (1915-1917/2010) citou brevemente a noção de *verhören* (lapso de audição) para definir o sujeito que “ouve algo diferentemente do que lhe foi dito” (p. 33). Trata-se de uma espécie de “falsa audição”, em que o ouvinte deturpa a mensagem recebida. E quando o ouvinte é uma criança que se encontra em uma situação de conflito, é grande o risco de essa deturpação tomar proporções que a colocarão dentro de um mal-entendido sintomático.

Neste trabalho, que tem como pano de fundo as relações dos casais com filhos e, sobretudo, entre pais e filhos, e como base teórica a psicanálise vincular, discutiremos o que ocorre antes da concepção e no momento da formação dos vínculos primitivos, para lançar luz sobre os mal-entendidos que fazem mal ou não aos sujeitos de um diálogo.

Primeiras linhas de uma nova história

Existem várias representações de crianças antes mesmo da concepção. Será que elas chegam a se “falar”, a se encontrarem na história transgeracional que se tornará a sua? Será que conseguem ignorar os eventuais mal-entendidos que circularam em torno delas?

Há três tipos de representação: a criança imaginária, a criança fantasmática e a criança narcísica.

A criança imaginária e a criança fantasmática são noções desenvolvidas por Lebovici (1989). A criança imaginária pende mais para o domínio do pré-consciente, a criança dos sonhos, aquela que os pais – e, em especial, a mãe – imaginam. Por ter um sexo, uma aparência física, ela já está inserida em uma filiação por meio das identificações. Porém, ela também ocupa uma parte do inconsciente no sentido de que o tempo não tem controle sobre ela.

Por outro lado, a criança fantasmática fica somente no âmbito do inconsciente. Ela não pode ser apreendida diretamente. É a criança edipiana, o filho que a mãe terá com o próprio pai: “é o produto dos desejos antigos de maternidade e, ainda assim, está ligada ao seu complexo de Édipo” (Solis-Ponton,

2001). Em suma, ela nasceria antes do irmão imaginário e permanece no âmbito dos fantasmas inconscientes. Ela precisará esperar para se encontrar diante da criança real para ser reativada na mente dos pais.

A essas duas crianças, soma-se a criança narcísica de Freud, apresentada em *Sobre o narcisismo* (1914). Ela também é sonhada por seus genitores antes do nascimento, às vezes até antes da concepção. Essa criança terá a dura tarefa de reparar tudo, fazer tudo o que seus pais não conseguiram fazer antes dela: seus pais

... sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito abandonados. A criança terá mais divertimentos que seus pais; ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. (p. 107-108)

Embora a criança imaginária e a criança fantasmática sejam pensadas por si sós, esse não é o caso da criança narcísica, confrontada com um duplo discurso: incorporar os fracassos de outrem e tentar repará-los. É essa a explicação para a necessidade de assassinar essa criança maravilhosa. Matá-la é fazer o luto dela para sair do narcisismo primário: “só há vida a esse preço, pela morte da imagem primeira, na qual se inscreve o nascimento de cada um” (Leclaire, 1977, p. 10).

Essas várias representações são necessárias para permitir que os pais reconheçam e façam reconhecer sua parentalidade e que a criança se torne um sujeito ativo da cadeia de gerações. Porém, assim como seus pais, ela terá de lidar com as transmissões positivas e negativas para escrever seu próprio discurso, ser depositária do recalque, do impensável familiar, dos encontros e desencontros de sua linhagem genealógica para, por sua vez, poder aceitar inconscientemente o mal-entendido que constitui toda comunicação com outro.

Antes da concepção propriamente dita, os dois pais se apresentam com a bagagem sociocultural e familiar do grupo ao qual pertencem, o que já significa uma miríade de mensagens transmitidas consciente e inconscientemente, algumas delas naturalmente mal interpretadas e outras, mal recebidas.

Os primeiros vínculos

Uma vez passados os primeiros meses no ventre da mãe, tendo sentido com ela alegria, ansiedade ou até raiva, o bebê se vê na obrigação de se livrar do cordão umbilical para fazer sua entrada no mundo; para crescer, instalar-se no vínculo social; para ouvir o ambiente lhe narrar uma história que se torna também a sua, com tudo o que isso implica de mal-entendidos passíveis de serem incorporados na fala.

O corte do cordão umbilical é, sem dúvida, um dos primeiros grandes parados com o qual o recém-nascido é confrontado (e ele irá conhecer muitos

outros durante a vida): ele deve se separar “fisicamente” daquela que o mantinha vivo para, por fim, encontrar-se em uma situação de dependência absoluta em relação a essa mesma pessoa. Em suma, a diáde dos primeiros meses no ventre prossegue em um cenário diferente. A mãe atende às suas necessidades, permite-lhe até moderar suas excitações, cuja intensidade, quando demasiadamente grande, poderia ultrapassar suas habilidades de lidar com elas. O bebê vive sua primeira ilusão (e conhecerá muitas outras!), a de que o seio da mãe é uma parte de si; como esse seio se encontra sob seu controle mágico, ele lhe oferece sua primeira sensação de onipotência. É o caso também do rosto da mãe, no qual ele se vê.

Já a mãe participa desse mal-entendido porque, ao olhar para o bebê, ela vê a si mesma, vê aquilo que a torna mãe. Será preciso a chegada de um terceiro para que ela saia desse estado de “loucura materna” normal e permita que a criança passe dos “estados vinculares” às “estruturas vinculares”, para retomar as noções desenvolvidas por Kaës (1984): os estados vinculares são estabelecidos antes das separações e pressupõem

(...) um estado de indiferenciação primeira necessária à transmissão direta dos estados emocionais inconscientes... os estados vinculares são compostos pela transmissão direta dos movimentos emocionais inconscientes por meio do cuidado, do banho de som e de linguagem, do apoio e do amparo. (Kaës, citado por Joubert, 2004, p.161-167)

As estruturas vinculares, por sua vez, “... correspondem a uma diferenciação (a relações diferenciadas) dos membros uns em relação aos outros, garantindo o intervalo necessário à transmissão e permitindo a separação” (Kaës, citado por Joubert, 2004, p. 161-167).

Assim, o ser em desenvolvimento deve passar por desilusões, paradoxos e mal-entendidos antes mesmo de poder estabelecer vínculos intersubjetivos e começar a construir outros cordões umbilicais com seu meio.

O mal-entendido necessário?

O sujeito é múltiplo e se constrói por obra de uma pluralidade de vínculos e alianças. Para não ficar prisioneiro de um único mundo-espço, ele deve aceitar ser investido de um desejo que não é o seu. Contudo, admitir o pertencimento a um grupo é renunciar a uma parte de suas próprias identificações e seus ideais, é renunciar para dar lugar a ideais comuns e aproveitar o que o grupo pode lhe oferecer (Freud, 1921/1981). O mundo sociocultural (ou espaço transubjetivo) delimita e atravessa os dois outros espaços: o intrassubjetivo e o intersubjetivo. Embora no espaço intrassubjetivo o sujeito esteja ocupado com suas relações de objeto e consiga funcionar sem o outro, isso não ocorre no espaço intersubjetivo, onde a presença desse outro é inevitável e determina a própria existência do vínculo.

Grupo, família e casal implicam comunicação. Sabemos que uma interação comunicativa, seja qual for, nunca é simples. Além dos atos de linguagem, dois egos ou mais se encontram no terreno escarpado – e, às vezes, minado – do emocional. A situação é ainda mais complexa se o mal-entendido estiver no cerne do encontro. O mal-entendido do qual estamos falando não é o desacordo consciente entre duas pessoas que não se entendem, mas de duas mentes envolvidas em uma interação desejante e desejada, que alimentam uma ilusão que o outro irá compreender. Resumindo, o mal-entendido indica “uma solidariedade em uma incompreensão mútua” (La Cecla, 2002).

Nessa dança entre dois sujeitos de um diálogo, a concordância nunca é total, pois cada um conhecerá somente o que o outro deseja lhe mostrar – e esse outro é construído, em parte, com a ajuda dos sentidos e valores que são projetados nele. Aquele que fala está, de certa forma, submetido ao poder do outro, pois aquele que escuta decide o sentido do que é dito. Consequentemente, estar de acordo não significa necessariamente se entender.

Mas então estará toda comunicação condenada ao fracasso?

Sim, se pensarmos que não existe diálogo no sentido estrito, mas um amontoado de monólogos em que cada pessoa compõe seu próprio arranjo de palavras e inventa sua língua sem considerar o outro.

Não, se pensarmos que a presença do outro e aquilo que ele nos transmite oralmente são aspectos indispensáveis do processo de identificação. Prova disso é que basta lembrar as relações primárias entre o bebê e o adulto, quando aquele que “domina” a linguagem imprime marcas inconscientes e maneiras de ser no sujeito em desenvolvimento.

Evidentemente, a identificação não pode impedir que algo do outro resista, algo estranho, inerente à presença do outro. Os sujeitos de um diálogo não podem incorporar o que é da ordem do estranho de cada um. Porém, talvez aí resida a importância da comunicação: uma busca permanente por elementos que faltam (Berenstein & Puget, 1992), a ilusão de ser capaz de encontrar a última peça do quebra-cabeça e ser o único a saber como fazer.

No casal de pais, a tentativa de escrever um “cântico conjunto” (Nussbaum & Moguillansky, 2011) se soma às dificuldades mencionadas anteriormente. O vínculo com um objeto amoroso só será possível se ele trouxer (consciente e inconscientemente) algo no plano psíquico, e o desejo de um eu busca se realizar por meio das operações do outro. Assim, existe uma dupla falta na relação do casal: a primeira é a falta que constitui todo ser humano e que leva a buscar no outro o que lhe foi “tomado”, isto é, o conforto do seio materno – o protótipo de toda relação amorosa. “Amar é dar aquilo que não se tem” (Lacan, citado por Ricoeur, 2007, p. 5-32), oferecer algo que não possuímos, é aceitar inconscientemente reconhecer-se como incompleto. A segunda falta é o fato de um sujeito jamais conseguir conhecer verdadeiramente seu parceiro ou sua parceira. Como salienta Miller (2008, entrevista), “o amor é um labirinto de mal-entendidos do qual não há saída”. Aliás, é pelo fato de os sujeitos tolerarem cada vez menos os

mal-entendidos que as separações conjugais não param de aumentar. Elas estão se tornando cada vez mais numerosas por não se suportar a falta de algo, tolerar essa falta sentida no contato com o outro (Joubert, 2004).

O mal-entendido que faz mal

Vejamos agora o que seria um mal-entendido que não é constitutivo, um mal-entendido que envenena uma relação entre sujeitos.

Já vimos que não se entender totalmente é uma espécie de necessidade intrínseca para preservar aquilo que nos constitui. Existe uma diferença entre o que entendemos do outro e o que fazemos com isso. O diálogo entre dois seres falantes é o que permite o vínculo social e, portanto, a relação com o outro. Se for impossível de transmitir integralmente tudo o que gostaríamos de dizer, que seja. Afinal, como disse Heidegger (1976), a língua fala, e somos apenas o veículo dela. Porém, o que acontece quando os conflitos internos acabam por ensurdecer? Quando a mensagem enviada já for tão sintomática de que o locutor é intérprete de um não sentido e o integra a seu monólogo interior? Vejamos exemplos (1 e 2) dessa problemática:

(1): Pedro,² 11 anos, está acompanhado da mãe. Ele é um menino obeso, do tamanho de uma criança de 14-15 anos. Eles vêm à consulta a pedido da escola. Além das dificuldades na escola, ela gostaria que ele fosse mais independente. Pedro rói as unhas até sangrarem e tem urticária nas pernas. Ao fim da conversa, ela conta em tom de chacota que ainda dorme com o filho, na cama dele e no quarto (dele). Ela diz que nunca dormiu sozinha e que não consegue fazer isso. Ela insistiu para que Pedro fosse atendido por um profissional do sexo masculino. Os pais são separados e, segundo ela, o pai é um “inútil”, “que não se importa com absolutamente nada, um verdadeiro morto-vivo”. Juntos, Pedro e a mãe se provocam como dois irmãos (ou mais que isso?).

No discurso da mãe, Pedro sente falta de um pai e de atenção. Porém, cabe perguntar do que ela, filha de pais separados quando tinha 10 anos, sente falta? Ela transforma o filho em seu companheiro na cama, uma pessoa que não é morta-viva, pois consegue mantê-lo em sua cama. Pedro, por sua vez, “aceita” a presença da mãe, conformando-se com uma grande urticária na altura das pernas. Durante uma sessão, ele verbaliza sua vontade de dormir sozinho, mas logo se arrepende de ter sonhado expulsar sua mãe do lugar que não é seu. Para a mãe, expressar em palavras essa alienação parental é visivelmente muito difícil: ela some sem ter pago várias sessões, certamente para significar que, embora necessite de um pai-homem, ela continua sendo dona dos lugares e dona desse filho que precisa estar à altura para substituir o pai inútil.

² Todos os nomes foram alterados a fim de preservar a identidade dos pacientes.

(2): *João tem 12 anos. Sua mãe tomou a iniciativa de consultar após ter recebido um boletim escolar “mediano” (na verdade, todas as notas, exceto uma, estavam um pouco acima da média). Ela logo se apresenta como uma mãe muito controladora, que não suporta não ter a última palavra – tanto com João quanto com o pai da criança... quanto comigo. Cada desvio de conduta (que deve ser entendido não como comportamentos desviantes aos olhos da lei, mas como atrasos, uma obrigação esquecida, oposições ou pequenas mentiras) é vivido como um questionamento que faz com que diga a seu filho: “Não estou mais te reconhecendo. Não és mais meu filho. Não consigo nem olhar nos teus olhos”. Paralelamente, há uma grande diferença entre o que ela diz e a criança que se apresenta a mim: um menino inteligente, meio assustado, capaz de raciocinar e que se ressentia cada vez mais das injunções da mãe. Ele não hesita em confrontá-la: “quando estou perdendo a paciência, eu me transformo em uma mãe... na minha mãe”.*

Nessas duas relações tóxicas, a criança é intérprete de uma mensagem que oscila entre dois pólos que poderiam ser escritos da seguinte forma: “Você precisa ser mais independente, mais adulto” e “eu sou a sua mãe, eu que mando e sou eu que tenho razão”.

No caso de João, o *double bind* ou duplo vínculo (Bateson et al., 1956/1972) está em jogo, isto é, uma comunicação paradoxal composta por mensagens obrigatórias, atreladas e, no entanto, contrárias. Essa noção de Bateson e de seu grupo de Palo Alto foi recebida com reservas, por ter sido inicialmente associada às famílias de esquizofrênicos que faziam parte do estudo. Entretanto, ela conseguiu mostrar as injunções negativas que um dos sujeitos pode exercer no outro.

Bateson distingue três injunções: a injunção negativa primária (“Não faça isso, senão o punirei”) e/ou “Se você não fizer isso, eu o punirei”), a injunção negativa secundária, mais difícil de definir, pois é transmitida por meios não verbais: “Atitudes, gestos, tons de voz, ações significativas, implicações escondidas nos comentários verbais, todos esses meios podem ser usados para veicular uma mensagem mais abstrata”. E a injunção negativa terciária, “que impede a vítima de fugir da situação”. (Bateson et al., 1956/1972, p. 14-15). Em vez do termo “vítima”, preferimos “outro sujeito”, “outro eu” ou ainda “tradutor” envolvido na relação dual.

À comunicação paradoxal entre João e sua mãe, sobrepõem-se às dificuldades do casal de pais. Quando os dois pais se apresentam juntos, a mãe reclama do comportamento de João, e o pai se expressa pouco ou concorda. Porém, quando o pai vem sozinho com o filho, as queixas se concentram na mulher. “João não tem nenhum problema... para ela [sua mulher], nada é bom o bastante”. Separadamente, cada um afirma ter razão e que o outro é que está errado. Toda fala do cônjuge é interpretada como uma agressão. Ambos estão em um “monólogo intrapsíquico que parasita o diálogo do casal” (Berenstein & Puget, 1993, p. 71). O problema é que cada um fala sem que o outro escute ou para que o outro não escute, com consequências como sensações de solidão e alienação. Nessa lógica narcísica, eles escutam a si mesmos acreditando escutar o outro.

E o analista?

Embora esse assunto requeira uma análise mais detalhada, por ora, podemos indagar: de que forma o terapeuta infantil conseguirá não se deixar contaminar? Talvez não consiga. O sujeito faz parte de um conjunto e é obrigado a levar isso em conta. A regra de não interferência na realidade nem sempre funciona. Em sua prática, o primeiro discurso ouvido é o dos adultos que cuidam da criança. Mesmo que seja uma tarefa difícil tendo em vista os discursos que se apresentam a ele, ele deve tentar ver esses pais como tal, e não como pais que deixam a criança doente. Ele precisa realizar uma castração, uma separação para isolar o sujeito que será objeto de seu trabalho e sua constelação familiar.

Considerações finais, sem mal-entendido... ou não

Como já vimos, cada encontro tem um sentido específico, inclusive antes da concepção, quando as representações de crianças coexistem no desejo parental. Depois de chegar ao mundo, ela se torna, por sua vez, um outro ator do diálogo. Ela recebe uma mensagem e vira o intérprete dela, integra-a em seu monólogo interior. Ainda que o ouvinte faça todos os esforços para se fazer compreender, será o outro a decidir o sentido a ser dado às palavras ouvidas. Por isso, há o aumento do risco de deturpar o que é dito, de querer ter a última palavra em vez de dialogar mutuamente. Alguns dirão que, nesse caso, seria melhor se calar, mas “o silêncio é como o vento: atíça os grandes mal-entendidos e só apaga os pequenos” (Elsa Triolet, 1948).

* Tradução de Carolina Huang

Referências

- Bateson, G., Jackson, D., Haley, J., & Weakland, J. (1972). *Vers une théorie de la schizophrénie*. In Bateson G., *Vers une écologie de l'esprit* (tomo 2, p. 9-34). Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1956)
- Berenstein, I. (2001). *Psychanalyse. Méthode et applications*, *Revue Française de Psychanalyse*, 65, 231-242.
- Berenstein, I., & Puget, J. (1993). *A psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Berenstein, I., & Puget, J. (2008). *Psychanalyse du lien*. Paris: Érès.
- Brodsky, G. (2000). *Le malentendu dans le couple*, *VII Rencontre du Pont Freudien*, Canada.
- Freud, S. (2010). *Conférences d'introduction à la psychanalyse*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1915-1917)
- Freud, S. (1981). *Psychologie des foules et analyse du moi*, In: S. Freud, *Essais de psychanalyse* (p. 123-217). Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1921)

- Freud, S. (1974). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. 14, p. 85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Joubert, C. (2004). Psychanalyse du lien familial. *Le Divan familial*, 12, 161-176.
- Heidegger, M. (1976). *Acheminement vers la parole*. Paris: Gallimard.
- Kaës, R. et al. (2013). *Transmission de la vie psychique entre générations*, Paris: Dunod.
- La Cecla, F. (2002). *Le malentendu*. Paris: Balland.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2004). *Vocabulaire de la psychanalyse*, Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1967)
- Lebovici, S. (1989). Les liens intergénérationnels (transmission, conflits). Les interactions fantasmatiques, In: *Psychopathologie du bébé* (p. 141-146). Paris: Puf.
- Leclaire, S. (1977). *Mata-se uma criança: um estudo sobre o narcisismo primário e a pulsão de morte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Miller, J.-A. (2008). La psychanalyse enseigne-t-elle quelque chose sur l'amour? *Psychologies Magazine*, 278, Disponível em <http://ampblog2006.blogspot.com.br/2008/10/interview-de-jacques-alain-miller-dans.html>
- Nussbaum, S. L., & Moguillansky, R. (2011). *Psicanálise vincular: teoria e clínica*. São Paulo: Zagodoni.
- Ricœur, J.-P. (2007). Lacan, l'amour. *Psychanalyse*, 10, 5-32.
- Servais, C., & Servais, V. (2009). Le malentendu comme structure de la communication. *Questions de communication*, 15, 21-49.
- Solis-Ponton, L. (2001). Sur la notion de parentalité développée par Serge Lebovici. *Spirale*, 17, 135-141.
- Triolet, E. (1948). Citação disponível em <https://www.proverbes-citations.com/auteur/elsa-triolet>.
- Vanesse, A. (2008). *Écouter l'autre – tant de choses à dire*. Paris: Chronique Sociale.
- Winnicott, D. W. (1987). *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Paris: Payot.
- Winnicott, D. W. (1971). *L'enfant et sa famille*. Paris: Payot.